

Memórias de um “revolucionário” em terras mineiras:

A atuação militar de Delso Mendes da Fonseca na Revolução de 1930

Julio Cesar Alves Pereira Nunes¹

Resumo: Pautado na análise de uma memória rica em detalhes e tendo como direcionamento uma entrevista datilografada cedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), inserida na pesquisa intitulada "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", bem como um aporte hemerográfico (jornais) referente ao período, o presente trabalho objetiva analisar a atuação de Delso Mendes da Fonseca, piauiense e um dos líderes do movimento tenentista, na Revolução de 1930, em Minas Gerais, salientando suas inter-relações militares e políticas com o contexto no qual atuou. Nessa vertente, a pesquisa lança luz sobre um militar que chama a atenção por se tratar de um personagem que possui um currículo militar consolidado e que traz benefícios em prol da contribuição acadêmica e historiográfica acerca do debate sobre trajetórias militares nos âmbitos locais e nacionais. Como aporte metodológico e historiográfico dialogamos com autores como: Maurice Halbwachs, Michel de Certeau, José Augusto Drummond, Hélio Silva, Frank McCann, Nelson Werneck Sodré, entre outros.

Palavras-chave: História Militar. Memória. Delso Mendes da Fonseca. Revolução de 1930.

Abstract: Based on the analysis of a memory rich in details and directed by a typewritten interview given to the Center for Research and Documentation of Contemporary History of Brazil (CPDOC), inserted in the research entitled "Trajectory and performance of the Brazilian political elites", an integral part of the institutional project of the Oral History Program, in force since its inception in 1975, as well as a hemerographic contribution (newspapers) referring to the period, this work, part of an ongoing research, aims to analyze Delso Mendes da Fonseca performance, Piauiense and one of the leaders of the tenentist movement in the 1930 Revolution in Minas Gerais, emphasizing his military and political interrelations with the space in which he worked. In this regard, the research sheds light on a military man who draws attention because he is a character who has a consolidated curriculum and brings benefits in favor of the academic and historiographical contribution about the debate on military trajectories at local and national levels. As methodological and historiographic contribution we dialogue with authors such as: Maurice Halbwachs, Michel de Certeau, Jose Augusto Drummond, Helio Silva, Frank McCann, Nelson Werneck Sodré, among others.

Keywords: Military History. Memory. Delso Mendes da Fonseca. 1930 Revolution.

MEMORIES OF A “REVOLUTIONARY” IN MINEIRAS LANDS: DELSO MENDES DA FONSECA'S MILITARY PERFORMANCE IN THE 1930 REVOLUTION

¹ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI-PPGHB); Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: juliocesarapn@outlook.com

Introdução

O tenentismo, movimento que irrompeu no Rio de Janeiro em 1922 e perdurou até o início dos anos 1930, teve como uma de suas influências as constantes reformas militares e curriculares que o Exército aplicou no início do século XX. A absorção intelectual e prática por parte dos tenentes – “conjunto dos jovens oficiais do Exército Brasileiro então ocupando os postos de primeiro-tenente e segundo-tenente do subgrupo efetivamente engajado nas conspirações e rebeliões” (DRUMMOND, 1986, p. 15) – fomentou um sentimento que catalisou o início do movimento, com a quebra da hierarquia militar.

Com interesses próprios e representando a insatisfação dos setores médios urbanos, as ideias tenentistas se diluem em uma sociedade insatisfeita com questões políticas, econômicas e sociais. “O tenentismo, desde o início, despontou para a história como um marco relevante para explicar a crise da Primeira República, a Revolução de 30 e as Forças Armadas, em especial a participação do Exército na política” (LANNA JÚNIOR; In: DELGADO; FERREIRA, 2006, pp 315-350). Os jovens oficiais, envoltos pelo contexto político e social do período, lutaram pelos interesses do Exército Brasileiro, no qual “atribuíram-lhe um papel especial de arbitragem sobre o sistema político nacional” (DRUMMOND, 1986, p. 31).

Inserido nesse contexto e pautado na análise da memória de Delso Mendes da Fonseca² – piauiense e um dos líderes do tenentismo – tendo como direcionamento uma entrevista datilografada cedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), e jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, este artigo tem como objetivo refletir sobre a atuação militar do referido personagem na Revolução de 1930, em Minas Gerais, bem como suas inter-relações militares e políticas com o espaço no qual atuou.

² Para compreendermos o lugar no qual o personagem estava inserido, se torna necessária uma breve explanação sobre sua carreira pessoal e militar. Delso da Fonseca nasceu na cidade de Floriano, no estado do Piauí, em 22 de novembro de 1899. Suas origens provinham de uma família de comerciantes, donos de terras e agricultores. Seu pai, Joaquim Mendes da Fonseca, foi presidente da Câmara Municipal da referida cidade no ano de 1906, vice intendente municipal em 1909 e intendente municipal no período de 1914 a 1916. Além disso, era sócio-proprietário da importante firma Fonseca Borges & Cia. Em 1910, Delso da Fonseca desembarcou no Rio de Janeiro objetivando entrar no Colégio Militar da referida cidade, sendo aprovado mediante concurso. Posteriormente, foi aluno da Escola Militar de Realengo, sentando praça em 1917. Em 1920, tornou-se aspirante de artilharia, passando a primeiro tenente em 1921. Participou do levante do Forte de Copacabana – evento analisado no presente trabalho – em 1922. Atuou, também, no assalto ao 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, em 1925, participando, ainda no mesmo ano, da coluna Leonel Rocha, no Paraná e em Santa Catarina. Em 1928, o piauiense dirigiu-se para o norte do país com objetivos conspiratórios. Na Revolução de 1930, Delso da Fonseca e seus companheiros atuaram em Minas Gerais. Em 1931, na cidade de Teresina, Piauí, foi designado pelo governo central, personificado na figura de Getúlio Vargas, objetivando apaziguar as questões políticas locais. Por fim, liderou um destacamento legalista no setor do túnel da Mantiqueira, divisa entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, na Revolução Constitucionalista de 1932.

Ao analisarmos os registros de memória de Delso da Fonseca, no campo da oralidade dos estudos históricos, podemos inferir que “a mesma, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (ROUSSO; In: FERREIRA, 2000, p. 94). Francisco Alcides do Nascimento, por seu turno, ressalta a importância da História Oral, afirmando que “[...] ela pesquisa a memória de indivíduos contrapondo-se a essa memória concentrada em mãos restritas de historiadores profissionais” (NASCIMENTO, 2006, p. 4).

A memória torna-se responsável por mediatizar, de acordo com Michel de Certeau, transformações espaciais, e sua estranheza torna coerente uma transgressão da lei de determinado lugar. Em sua linha de pensamento, o autor afirma que “uma arte da memória desenvolve a aptidão para estar sempre no lugar do outro, mas sem apossar-se dele, e tirar partido dessa alteração, mas sem se perder aí. A memória vem de alhures, ela não está em si mesma e sim noutra lugar, e ela se desloca”. (CERTEAU, 2008, p. 163).

No tocante a essa temática inserem-se os estudos acadêmicos e narrativos acerca da biografia histórica. Pierre Bourdieu, em artigo intitulado “*A Ilusão Biográfica*”, salienta que é necessário, no que tange aos desdobramentos de uma biografia histórica, considerar indispensável a reconstrução do contexto e da “superfície social” em que atua o indivíduo, agregando uma pluralidade de campos (BOURDIEU, 2006). A conservação da especificidade do meio, bem como a época e a ambiência possuem valor como fatores que caracterizam um clima que explica a singularidade das trajetórias.

Essas trajetórias individuais estão ligadas a um contexto e possuem a capacidade de influencia-lo e modifica-lo. Como salienta o sociólogo francês, “falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que vida é uma história e que, como no título de Maupassant, Uma vida, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (BOURDIEU, 2006, p. 183).

A biografia histórica integra as aquisições da história social e cultural, proporcionando aos variados atores históricos uma importância diferenciada e individual. Há a necessidade de examinar os atores, emblemáticos ou não, como testemunhas e reflexos reveladores de uma época. A biografia não trata de um indivíduo isoladamente, mas sim da história de determinado período vista através de um indivíduo ou de vários indivíduos.

A conjuntura pré-revolucionária

O término da década de 1920 e início da década de 1930 foi fomentado por um processo de mudanças e uma ferrenha contestação à política situacionista. Nos anos 1920, o movimento tenentista atuou de forma independente procurando se manter distante da esfera político-partidária e alheio as propostas de alianças que poderiam deturpar as ideias defendidas. Sobre a atuação do tenentismo na referida década, Boris Fausto afirma que:

Nos anos vinte, tornou-se, para todas as camadas intermediárias e populares da sociedade, o grande depositário das esperanças de uma alteração na ordem vigente. [...] Por outro lado, para as classes dominantes regionais em oposição ao núcleo agrário-exportador, os tenentes apontavam um caminho novo que, mesmo a custo, acabou sendo trilhado: a utilização da violência, associada a um programa de limitado alcance. (FAUSTO, 1997, p. 409-410)

Paralelamente a esse processo de desenvolvimento e afirmação do tenentismo, alguns personagens da história brasileira que possuíam papéis secundários nos cenários políticos e militares do País no período despontavam como nomes importantes. No Rio Grande do Sul, em novembro de 1927, Getúlio Vargas, Ministro da Fazenda de Washington Luís (1926-1930), assumia o governo daquele estado, substituindo Borges de Medeiros, o que acarretou em disputas e divisões políticas estaduais. Em outubro de 1928, João Pessoa assume o governo da Paraíba.

Se inicia, nesse momento, o processo de estreitamento de relações entre os militares e as lideranças civis, inseridos em condições que estabeleciam um clima pioneiro no estado sulista. Sobre esse período, Nelson Werneck Sodré afirma que, “no geral, importante era a conjugação entre civis, organizados em forma partidária, e militares, que abandonavam sua ojeriza tradicional pelo entendimento com políticos e trocavam a prática da ação armada pela prática da ação política” (1985, p. 38). Porém, contrariado sobre essa aproximação entre civis e militares, Luís Carlos Prestes, um dos principais líderes do tenentismo, e que, no contexto, nutria sentimentos pelos ideais comunistas, entendia que:

[...] Os civis deviam continuar a arremeter-se, mantendo-se, entretanto, isolados da preparação militar até que esta esteja mais ou menos consumada; os militares deviam ser trabalhados pelos próprios camaradas com quem já contavam dentro dos corpos, até que se possa apurar, de fato, a possibilidade real de cooperação de cada unidade. (SODRÉ, 1985, p.39)

Sobre a citada ideia, salientemos alguns pontos. Nesse período, um setor do tenentismo enceta uma aproximação com os políticos civis. Por outro lado, alguns componentes do movimento, incluindo Prestes, enveredam por outra concepção ideológica. O líder da Coluna que levou seu nome não observa mais o processo revolucionário mediado por reformas das instituições e a moralização da política, como defendeu. O contato com a bibliografia marxista o fez redefinir as visões de “um projeto de futuro para o país”. Conseqüentemente, as argumentações de Prestes foram de encontro a outros líderes tenentistas, como Juarez Távora, favorável a cooptação civil pelo movimento e a continuidade de seus objetivos. Como corrobora José Augusto Drummond, “foi em meados de 1929 que os contatos com oposicionistas civis ganharam substância entre os tenentes e começaram a alterar sua perspectiva militarista, provocando tensões e cisões para a compreensão do movimento” (DRUMMOND, 1986, p. 183).

Contribuindo para a desestabilização do sistema político vigente, o tenentismo “corroeu” as bases de uma República que expôs seus problemas políticos e sociais mais agravantes. Por legitimar os processos revolucionários pelo Brasil durante a década de 1920, como o levante paulista de 1924 e a Coluna Prestes, o movimento se tornou uma moeda cobiçada pelas lideranças civis. Porém, as forças latifundiárias resistiam, já que não demonstravam preocupação com “os interesses supremos da nacionalidade”, mas sim com a preservação de seus privilégios. O ano de 1929, marcado pelo processo de proximidade entre as lideranças civis e militares, foi acompanhado pelas adversidades relacionadas a sucessão presidencial. No entanto, para compreendermos o contexto político vigente no período, torna-se necessário a compreensão da fragilidade de relacionamento entre os principais estados da República.

A Constituição de 1891, inspirada pelo exemplo norte-americano e delineada pela filosofia do positivismo, estabeleceu características políticas que perduram até a contemporaneidade. Uma dessas características diz respeito ao modelo presidencialista e federativo, que fomentou disputas pelo poder nos diversos períodos da história brasileira. Nos desdobramentos da República Oligárquica, o presidencialismo somado à “política dos governadores” iniciada no governo de Campo Sales (1898-1902) garantia, “naturalmente”, o encabeçamento do poder executivo federal por São Paulo e Minas Gerais.

Nesse contexto, o Presidente da República garantia liberdade econômica aos chefes estaduais, que hoje equivalem aos governadores. Esses, por sua vez, apoiavam os chefes municipais ou “coronéis”. Todo esse aparato político tinha por objetivo garantir a eleição de

candidatos que apoiavam o governo, tanto no âmbito estadual como no municipal. As sucessões presidenciais chegaram a um momento em que as constantes crises e separações entre grandes lideranças tradicionais culminaram em consequências graves. Na presidência de Washington Luís (1926-1930), político indicado pelo estado de São Paulo, houve um agravamento nas sucessões que fragilizou a estrutura do regime e, conseqüentemente, o domínio das oligarquias. Outro fator determinante no desgaste foi a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, que afetou diretamente a estabilidade do câmbio e a valorização do café.

Objetivando dar continuidade à sua política econômico-financeira, com a contenção de fundos para a cafeicultura, Washington Luís indicou³, em janeiro de 1929, o nome de Julio Prestes para a disputa presidencial em 1930, contrariando a “política dos governadores” que tinha como sucessor a nomeação de um político oriundo de Minas Gerais. O governador Mineiro, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, ratificou que seu nome possuía o “direito” de suceder o paulista no governo da nação. Como consequência à quebra de acordo oriunda da “República do Café com Leite”, entre mineiros e paulistas, surgiu no mesmo período a Aliança Liberal, fundada em setembro de 1929, e que consistiu no estreitamento de laços políticos entre Minas e Rio Grande do Sul. Esse último sempre figurou por fora nas disputas presidenciais, porém, possuía um poder político e econômico em constante ascensão. Sobre a Aliança Liberal, Frank McCann explana que:

Para atrair os gaúchos, os mineiros propuseram a candidatura do presidente de seu estado, Getúlio Vargas. Quase imediatamente, os líderes da Aliança aventaram a possibilidade de rebelião em caso de uma provável derrota. Compreendiam a ínfima chance da vitória nas urnas, pois a contagem dos votos ficava a cargo do governo. (MCCANN, 2007, p. 361)

No tocante a obtenção de apoio político referente a alguns dos principais estados do Brasil, especialmente para a campanha de Julio Prestes, Washington Luís consultou João Pessoa a fim de conquistar guarida nas disputas presidenciais. Porém, o governador da Paraíba recusou o apoio à candidatura paulista no que ficou simbolicamente conhecido como “Nego”. Como afirma Sodré, essa atitude “reforçava aquilo que se tornaria a Aliança Liberal, cuja campanha, iniciada em agosto, seria um espetáculo inédito, pelas proporções, abrangendo todo o território nacional”. (SODRÉ, 1985, p. 40)

³ “[...] Contrariando o tácito acordo entre Minas e São Paulo, para revezamento na Presidência da República, Washington Luís colocaria todo o peso de sua autoridade no sentido de atribuir a São Paulo, novamente, a Presidência, na pessoa de Júlio Prestes, de quem esperava a continuação da política que vinha desenvolvendo para a estabilização financeira”. (SODRÉ, 1985, p.39)

Apoiada na onda de insatisfação que se avolumava, a Aliança Liberal⁴ procurou obter apoio no seio da população, nos polos políticos da oposição e na imprensa jornalística urbana. “Compreendendo o perigo latente nessas contínuas erupções armadas, que talavam o território brasileiro, eles atentaram mais maduramente nas condições gerais do país” (ROSA, 1976, p. 46). Do lado oposto, São Paulo declarava-se compassivo ao governo e às atitudes de Washington Luís. Vale ressaltar que os paulistas e sua política, com o apoio das oligarquias locais, resistiram estoicamente no propósito de conservar os ideais do passado. As disputas políticas e os debates latentes expostos pelas duas correntes partidárias, representadas na Aliança Liberal e no Partido Republicano Paulista (PRP), duraram meses. Conjuntamente, a burguesia consolidava suas posições adquiridas durante a década de 1920, objetivando os desdobramentos econômicos que as disputas políticas fomentariam.

Encabeçando as lideranças da Aliança Liberal, Getúlio Vargas tinha como plataforma presidencial o acolhimento dos desejos e aspirações mais emergenciais dos moradores das cidades. Como principais pautas destacou a modificação do Código Eleitoral Brasileiro, a implantação do voto secreto e a anistia aos militares revoltosos da década de 1920, que se tornou prioridade no desenvolvimento de sua plataforma política. A Aliança “simbolizou” uma referência acolhedora para todas as “mazelas e esperanças” reverberadas por uma sociedade inquieta e representada por diversos setores. Nessa conjuntura, o tenentismo flexiona bases para a consolidação dos seus projetos. Todavia, esse contexto político “levou os tenentes diretamente ao tradicional nó cego das crises oligárquicas: a sucessão presidencial” (DRUMMOND, 1986, p. 183).

Ocorridas as eleições em 1º de março de 1930, Vargas é derrotado nas urnas e os candidatos à Câmara oriundos da Paraíba e de Minas Gerais foram impedidos de exercer seu mandato, já que não tiveram reconhecimento em suas eleições. Como consequência, integrantes da Aliança Liberal passaram a fomentar o estudo sobre uma revolução armada:

[...] A revolução era lógica, desenvolvendo-se dentro dos hábitos da vida nacional. A impossibilidade de uma eleição verdadeira, de apuração imparcial e rigorosa, fazia com que ninguém se curvasse à derrota. [...] De

⁴ “Desde os primórdios do rompimento nas fileiras das oligarquias dominantes, a partir dos discursos dos líderes mineiro e gaúcho na tribuna da Câmara dos Deputados, as classes médias urbanas principiaram a colher os frutos da situação. Antes de tudo, como vantagem inicial, a polarização súbita das diversas oposições regionais, em torno do bloco coordenador dos situacionismos dissidentes, provocou o fortalecimento instantâneo de nossa vida partidária, associaram-se incontinenti para a grande batalha. As minorias dos núcleos urbanos, o eleitorado das metrópoles estaduais, surgiram repentinamente arregimentadas como uma força coesa e poderosa. As vozes abafadas pela tacanhez tumultuosa das minorias, os votos perdidos graças a grosseria formidável do nosso sistema eleitoral, tudo isso se ergueu de chofre, para engrossar as hostes do aglomerado de esperanças e descontentamentos variados e desconexos que se chamou Aliança Liberal...”. (ROSA, 1976, p. 50)

resto, a prepotência e arbitrariedade dos governos, intervindo clara e ostensivamente em favor dos candidatos preferidos, tornavam os reconhecimentos realizados por um Congresso faccioso e partidário coisa mais do que suspeita. Por isso, não é de admirar a atitude da Aliança Liberal, repelindo o resultado do pleito. [...] Assim, urgia reagir com o único recurso disponível: a revolução. (ROSA, 1976, p. 52)

Na República Oligárquica, o governo de situação possuía ferramentas para a manutenção do poder. No mandato de Campo Sales (1898-1902) foram implementadas mudanças institucionais que modificavam o processo eleitoral, dando autonomia ao governo de situação nos desdobramentos da eleição, através de uma comissão de verificação eleitoral. O mesclado entre fraudes e corrupção encobriam o sistema de validação dos votos. Foi a partir desse episódio que os laços entre militares revoltados em 1922, 1924 e 1926, e a Aliança Liberal através dos seus líderes civis, se estreitaram. Com a derrota nas urnas, os conflitos internos na Aliança Liberal começaram a ser expostos. De um lado, alguns civis estavam curvados a retomar alianças com o governo vitorioso, e do outro, haviam aqueles que defendiam a solução da luta armada.

Em meio a esse processo pré-revolucionário, o tenentismo sofre uma cisão. Em 10 de maio de 1930, morre o revolucionário Siqueira Campos⁵, considerado como o substituto de Luís Carlos Prestes na liderança do movimento. Sobre esse episódio, se destaca a comoção da perda de um nome representativo para o desenrolar dos planos ideológicos do movimento. Delso da Fonseca, juntamente a outros companheiros, realizaram uma missa póstuma em homenagem ao falecido militar, noticiada pelo *Diário da Noite (RJ)*, com editorial intitulado “Em Nitheroy foi hoje rezada uma missa por alma do tenente Siqueira Campos: a numerosíssima assistência incorporada visitou em seguida o túmulo do tenente Jansen de Mello” (17 de maio de 1930, anno II, nº 189).

Luís Carlos Prestes, por seu turno, lança manifesto em prol do comunismo, onde demonstra apoio ao proletariado das cidades, aos trabalhadores do campo, à massa miserável do sertão brasileiro e, especialmente, aos revolucionários sinceros. Apoiado pelos ideais comunistas, optou por uma linha totalmente revolucionária e independente dos antigos

⁵ “[...] Em 1929, iniciaram-se os entendimentos entre os militares rebeldes e políticos dissidentes que formaram a Aliança Liberal com o objetivo de impedir que Washington Luís fizesse seu sucessor na presidência da República. Apesar das restrições que fazia a uma aliança com representantes das oligarquias que por anos havia combatido, Siqueira Campos foi designado para preparar um levante na capital paulista. Descoberto pela polícia, foi obrigado a fugir. De volta a Buenos Aires, tentou, em vão, convencer Prestes a apoiar o movimento, ainda que concordasse com várias das restrições que esse fazia aos membros da Aliança Liberal, incluindo o próprio Getúlio Vargas. Morreu em maio de 1930, antes da revolução ser deflagrada, quando o avião em que retornava ao Brasil caiu nas águas do rio da Prata”. (**Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, apud CPDOC)

companheiros. A partir disso, o “movimento tenentista iria se dividir entre os reformistas, aliados dos civis e modestos em suas reivindicações, e aos minoritários que apoiavam a linha seguida por Prestes” (SODRÉ, 1985, p. 41). Quarenta e quatro militares que participaram dos levantes de 1922 e 1924, incluindo Delso da Fonseca, assinaram um abaixo-assinado contra o manifesto comunista de Prestes:

Nós abaixo assignados que tivemos nossos nomes envolvidos nos acontecimentos revolucionários de 1922 e 1924, declaramos que divergimos de modo radical e absoluto do programma constante do manifesto do sr. Luiz Carlos Prestes: Paulo Krunger da Cunha Cruz, Olympio Falconieri da Cunha, Leopoldo Nery da Fonseca, Carlos Chevalier, Luiz Celso Uchoa Cavalcante, Filinto Muller, Nelson de Mello, Heitor Pedroso, J. de Magalhães Barata, Saint-Clair Peixoto Paes Leme, Luiz França Albuquerque, Calimerio Nestor dos Santos Filho, Annibal Brayner Nunes da Silva, Raymundo Nonato L. Menezes, Renato Onofre Pinto Aleixo, Olympio C. Borges, Thales Villas Boas, Waldemar Levy Cardoso, Manoel Ary da Silva Pires, Eurico Marianno de Oliveira, Tasso Tinoco, Alcides Paulino da França Velloso, Newton Brayner Nunes da Silva, Odylio Denys, José C. Valente do Couto, João Teixeira Marques, José de Souza Carvalho, J. Nunes de Carvalho, Alvaro Dutra, Delso Mendes da Fonseca, José Carlos Dubois, Euclides Joaquim Lins, Lourival Seroa da Mota, Pedro Alves da Cunha, Jayme de Almeida, Alfredo Simas Enéas, Ilídio Romulo Colonia, Eugenio Ewerton Pinto. (DIÁRIO CARIOCA (RJ), Terça-feira, 3 de junho de 1930, anno III, nº 602, p. 2)

“O “Cavaleiro da Esperança” se afastava da conspiração, estigmatizava a Aliança Liberal e assumia uma postura quase-comunista” (DRUMMOND, 1986, p. 188). No manifesto contrário, identificamos alguns revolucionários, além de Delso da Fonseca, com destaque no movimento, como Leopoldo Nery da Fonseca, Carlos Chevalier, Luiz Celso Uchoa Cavalcanti, Thales Villas Boas, Tasso Tinoco e Lourival Seroa da Mota. A contrariedade à declaração, em maioria, desses oficiais que compunham o tenentismo, expõe a aversão do Exército ao comunismo. As motivações são explicitadas nos acontecimentos que sucederam a Revolução Russa de 1917, com a criação, no Brasil, em 1922, do Partido Comunista do Brasil, bem como a conversão de Luís Carlos Prestes ao comunismo. A percepção dos militares frente a um “perigo comunista” no Brasil passou por um processo gradual de concretização, até atingir seu ápice em 1935.

A luta armada em Minas Gerais

Nesse contexto, e sendo réu no processo oriundo dos acontecimentos da década de 1920, Delso da Fonseca e seus companheiros de luta se localizavam no Rio de Janeiro, onde

vez ou outra eram chamados a se apresentar perante o Ministério da Guerra. Dando prosseguimento aos desdobramentos pré-revolução e expondo as relações entre militares e civis que outrora foram adversários, Delso da Fonseca relata que:

A euforia revolucionária que contagiava todos os setores da opinião pública se estendera de forma dominante ao Estado de Minas Gerais. Lá, adversários irreconciliáveis de bem pouco tempo, como Eduardo [Gomes] e [Artur] Bernardes, encontravam-se nas reuniões e conciliábulos, pois só visavam agora a luta armada, o único meio de salvar o regime que se aviltava, a cada sucessão presidencial, pelo desrespeito à opinião pública. As políticas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba se irmanavam na oposição ao governo da República. Os revolucionários encontravam nessa divergência uma oportunidade de aproveitar a sua força moral, adquirida durante cerca de oito anos de lutas incessantes contra os próprios adversários de hoje. (FONSECA, 1979, p. 55)

Notamos que o “teor eufórico”, exposto por Delso da Fonseca, encontra acalento no desenrolar revolucionário em consoante com a tomada do poder pelas armas. Sobre a “reconciliação” entre personagens que outrora se debatiam nos campos políticos e militares, Drummond ressalta que, na visão dos tenentes, em comparação com a Reação Republicana de 1922, que se dizia simpática à oposição militar, a Aliança Liberal “congregava os situacionistas de três Estados que condenaram e combateram o tenentismo por sete anos” (1986, p. 183). A articulação com os políticos representava, para os tenentes, a obtenção de meios estruturais no âmbito civil e militar. Para a consolidação dos objetivos construídos desde o levante do Forte de Copacabana, a oportunidade não poderia ser repelida, devido a isolamento do movimento perante o Exército. Inerente a isso, “o espírito cauteloso dos próceres da Aliança Liberal foi penetrado pela perspectiva de uma possível solução de força”, como salienta Delso da Fonseca ao citar que só “visavam agora a luta armada”.

O estopim do processo revolucionário se deu no dia 26 de julho de 1930, com o assassinato, em Recife, de João Pessoa, companheiro de Getúlio Vargas nas eleições pela presidência. A comoção atrelada a essa tragédia influenciou os oficiais tenentistas e reacendeu as articulações entre militares e políticos. Maurício de Lacerda, político e participante ativo na campanha da Aliança Liberal, proferiu a seguinte frase sobre o fato: “Deus quis que o teu nome se tornasse imortal, como o mártir da liberdade! Tu és o pendão vermelho da nossa revolta!”. A morte de João Pessoa foi a fâisca que acendeu a pólvora revolucionária (DULLES, 1977, p. 356).

Da morte de João Pessoa até o início da revolução se passaram um pouco mais de dois meses. Esse período se constituiu pelas conspirações e planejamentos sobre os trâmites da luta

armada. “Delso da Fonseca, Adir Guimarães, Cordeiro de Farias e Eduardo Gomes se encarregaram de preparar o levante no Rio de Janeiro. Aguardavam as ordens vindas do Rio Grande do Sul sob a chefia de Vargas” (SILVA, 1972, p. 30). Semanas antes, o piauiense e alguns integrantes do movimento tenentista foram deslocados para Belo Horizonte a fim de oferecer auxílio aos preparativos da revolta em Minas Gerais. Sendo convocados pelo Ministério da Guerra, tiveram que retornar para o Rio de Janeiro sem levantar suspeitas às forças do governo, que poderiam dificultar futuras ações de rebelião e, conseqüentemente, o núcleo da revolta em Minas seria anulado ou atrapalhado (FONSECA, 1979). Como reforça Delso da Fonseca:

Eles exigiam a nossa presença de vez em quando, para saber onde estávamos. Estavam acompanhando, naturalmente. Então, fomos e voltamos. Pedro Ernesto permaneceu em Minas, enquanto outros companheiros se dirigiam para Vitória e outras cidades, do Estado do Rio, constituindo-se uma rede perfeita de ação revolucionária, capacitada para usar convenientemente os meios que nos fossem fornecidos pelos políticos. [...] Realmente, os políticos cooperaram muito, sobretudo com os meios que facilitavam. [...] Cada um queria cooperar da melhor forma para a vitória da revolução, que pretendia ressurgir para trazer o futuro que almejávamos. (FONSECA, 1979, p. 57)

Paralelamente ao levante de 1922, em que o governo acompanhou todos os trâmites conspiratórios, o prelúdio da Revolução de 1930 vivenciou contexto homônimo. Estrategicamente, Delso da Fonseca e seus companheiros “burlavam” o sistema de fiscalização do governo perante os oficiais revoltosos. Possivelmente, sem a aliança fomentada entre tenentes e políticos, as dificuldades de formação de “uma rede de ação revolucionária” seriam constantes e mais intensas. Relato que salienta uma das táticas utilizadas por parte de oficiais visando aderir à Revolução se encontra no *Diário de Notícias (RJ)*, onde dois primeiros-tenentes que se encontravam presos no 1º Regimento de Cavalaria, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e Asdrubal Guyer de Azevedo, “por estarem o primeiro pronunciado pelo crime de deserção e o segundo cumprindo sentença, fugiram da prisão sem que se saiba como” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ), 5 de outubro de 1930, p. 2).

A revolução, carregada, também, com os ideais tenentistas, “rompeu o coração” da República Velha no dia 3 de outubro de 1930 no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na região Norte⁶. Na capital gaúcha, Vargas clamou ao povo em prol de um destino heroico:

⁶ A conspiração militar de 1930 em todo o Norte e Nordeste, montada desde antes e exclusivamente pelos tenentes, ficou sob o comando efetivo e ostensivo de Juarez Távora. Não foi coincidência que a participação

“Rio Grande, de pé, pelo Brasil!” (DULLES, 1977, p. 357). Em dois dias o Rio Grande do Sul foi tomado pelos adeptos da Aliança Liberal. Em Pernambuco, Juarez Távora liderou os revoltosos rumo à vitória. Multidões em polvorosa, no Recife, queriam a todo custo achar culpados pela morte de João Pessoa. Em Minas Gerais, porém, a resistência de alguns regimentos do Exército dificultou, a curto prazo, a incursão dos revolucionários em território mineiro.

Eclodindo a revolta, os oficiais que atuaram nos levantes tenentistas durante a década de 1920 e formularam diversas conspirações em prol da luta armada foram convocados novamente pelo Ministério da Guerra. Porém, como explica Hélio Silva, “a convocação desses oficiais, sabidamente revolucionários, era interpretada como a sua evasão do Rio de Janeiro e integração nas tropas rebeldes” (SILVA, 1972, p. 351). Sobre essa evasão, o jornal “*A Noite (RJ)*” publicou no dia 4 de outubro de 1930 o seguinte informe:

Por não terem se apresentado ao Departamento do Pessoal da Guerra, serão declarados ausentes os seguintes oficiais revolucionários: Tenente-coronel Miguel Cardoso de Souza Filho, capitão Solon Lopes de Oliveira e primeiros-tenentes Delso Mendes da Fonseca, Luiz Celso Uchôa Cavalcanti, José de Souza Carvalho, Heitor Bianor de Almeida Pedroso, Annibal Brayner Nunes da Silva e Waldemar Levy Cardoso. (p. 2)

Posteriormente, por decreto do Ministério da Justiça, os citados oficiais foram declarados desertores (CORREIO PAULISTANO (SP), 14 de outubro de 1930, p. 2). Um dos líderes da revolução e governador de Minas Gerais, Olegário Maciel se opôs, de início, aos objetivos da Aliança Liberal. Após conversas com o ex-presidente da República Artur Bernardes, aderiu ao movimento. Delso da Fonseca destaca a figura do governador mineiro em suas memórias e expõe detalhes sobre o dia em que estourou os levantes pelo Brasil:

Transmitido o governo de Minas Gerais ao Dr. Olegário Maciel, homem de absoluta integridade moral, [...] o esquema do levante pôde ser executado a 3 de outubro de 1930, quando já lá [Minas Gerais] estávamos, Cordeiro, Néelson de Melo, Eduardo, Falconière, Ari Parreiras, Garcia Vidal, Aristarco Pessoa, Heitor Pedroso, Tasso Tinoco, José de Sousa Carvalho, Maynard Gomes e muitos outros. (FONSECA, 1979, p. 57)

Belo Horizonte, nos primórdios dos anos 1930, era uma cidade pacata. A população realizava suas tarefas cotidianas e dialogava sobre os acontecimentos pelo país através de boatos. O comandante indicado pelos líderes da revolução para orientar a ação militar

tenentista no poder depois de 1930 se concentrasse, e tanto, no Norte e Nordeste, pois ali os tenentes foram a componente militar quase exclusiva da vitória. (DRUMMOND, 1986, p. 191)

revolucionária em Minas foi Aristarco Pessoa, que possuía a maior graduação entre os oficiais presentes. Em sua primeira determinação, ordenou o cerco ao 12º Regimento de Infantaria, apoiado pela força policial da cidade e objetivando a rendição imediata daquela guarnição. Vale salientar que a situação em munições da tropa revolucionária era irrisória, dificultando de certa forma o prosseguimento dos embates e objetivando, além da rendição, a tomada das munições dispostas.

O comando do 12º R.I era de atribuição do tenente-coronel José Joaquim de Andrade, que consoante Delso da Fonseca, “era um militar de brilhantes qualidades de profissional e cidadão” (FONSECA, 1979, p. 58). Alocado em sua residência, foi surpreendido por investigadores da polícia que traziam uma intimação do secretário de justiça. Porém, José Andrade ofereceu resistência quanto à imposição dos oficiais. De acordo com Hélio Silva, para convencer o comandante do 12º R.I. foram necessárias as presenças do coronel Aristarco Pessoa, em companhia do Dr. Artur Furtado e do capitão da Força Pública José Vargas (SILVA, 1972). Todavia, no relato de Delso da Fonseca há algumas divergências quanto aos escritos de Hélio Silva no que diz respeito ao convencimento de rendição do tenente-coronel Andrade:

Chegou ao nosso conhecimento que a polícia pretendia prender, em sua casa, ao sair para o quartel, o Coronel Andrade. Ele reagiu a tiros, resolvido a não se entregar aos agentes de segurança do Estado. De imediato, me propus a ir sozinho, sem qualquer auxílio de força, à casa do Coronel Andrade. Tentaria convencê-lo de que uma resistência, naquelas circunstâncias, seria dificultar a nossa missão de companheiros, talvez adversários, porém, não inimigos. [...] Tenho a satisfação de registrar que o Coronel Aristarco, ante ao meu oferecimento, disse: “Não, Delso. Você vai, mas eu vou com você.” E, assim, fomos os dois, sozinhos, desarmados, à casa do grande chefe, que seria o futuro General Andrade. Com ele preso, voltamos ao quartel das forças revolucionárias. (FONSECA, 1979, p. 58-59)

Nesse relato, diferentemente da exposição de Hélio Silva, o Coronel Aristarco teve a companhia apenas de Delso da Fonseca na tentativa de convencer o comandante Andrade a se render. Vale salientar a narrativa, de certo modo saudosista, com que o piauiense detalha os trâmites para a rendição da força militar. Quanto ao cerco do 12º R.I, prosseguiu sob os sons das balas trocadas entre revolucionários e legalistas. O plano dos revolucionários consistia em deter o comandante que estivesse responsável pelo destacamento e a oficialidade nele presente. A constante investida da revolução em se apoderar do 12º R.I foi eficaz depois de vários dias de combates intensos, com vítimas fatais em ambos os lados.

A rendição completa veio após o capitão Celso de Melo Resende, responsável pela guarnição, definir os termos de rendição, onde fixava a conservação de todos os prisioneiros que ali se fizeram. Obtendo o controle da capital, os revolucionários passaram a convocar a população civil a se unirem aos batalhões de voluntários que se formavam. A cidade estava mobilizada. Mulheres se disponibilizavam para auxiliar no campo da saúde e confeccionar uniformes. Homens de todas as classes se ofereciam para lutar pelo ideal exposto na revolução. “Caído o baluarte de Belo Horizonte, triunfava no Estado a revolução.” (CARNEIRO, 1965, p. 374)

No estado mineiro, todas as guarnições do Exército mantinham-se devotadas ao governo federal. Além do 12º R.I, resistiram também o 10º R.I em Juiz de Fora, o 11º R.I em São João del Rei, o 4º Regimento de Cavalaria em Três Corações, o 10º Batalhão de Caçadores em Ouro Preto, o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá e o 8º Regimento de Artilharia Montada em Pouso Alegre (SILVA, 1972). Com o êxito dos embates em ocupar o 12º R.I em Belo Horizonte, as forças revolucionárias voltaram suas atenções aos quartéis do interior.

Com o coronel Aristarco Pessoa liderando as tropas revolucionárias, o Estado-Maior da revolução em Minas foi formado, sendo Delso da Fonseca um de seus membros. Adentrando no interior, a missão primordial que foi designada à tropa era a de reduzir a resistência encontrada no 10º Batalhão de Caçadores em Ouro Preto, que se deslocou para Juiz de Fora, “ocupando o morro do Imperador e os pontos estratégicos dos arredores” (SILVA, 1972, p. 272). Concomitantemente, era necessário superar as tropas resistentes do 11º em São João del Rei e em Três Corações, onde o foco da resistência se dava através do 4º Regimento de Cavalaria. Sobre a missão direcionada ao 11º em São João del Rei, Delso da Fonseca narra em detalhes que:

[...] O coronel Aristarco determinou que três destacamentos marchassem sobre São João Del-Rei para eliminar a resistência do 11º. O cumprimento da missão só foi possível após dois dias de luta ferrenha, depois de cercados. [...] Vimos necessidade, diante da ferrenha resistência do 11º, de improvisar um golpe de mão audacioso. Eles não se entregavam. Estavam gastando a munição que para nós era importante. Penetramos por uma janela do edifício em que havia a maior resistência, para surpreender os defensores e imobilizá-los. (FONSECA, 1979, p. 60)

Delso da Fonseca, Aristarco e Maynard Gomes, que planejaram o esquema pra surpreenderem os oficiais que dentro do edifício, aproximaram-se das trincheiras estrategicamente posicionadas pelas forças que resistiam. “[...] Num golpe de mão, nós

entramos pela janela. Quando eles viram, nós estávamos dentro do quartel” (FONSECA, 1979, p. 61). Destacamos o relato imbuído de “heroísmo e adrenalina” que Delso da Fonseca expõe. Em nossas pesquisas, não encontramos subsídios que corroborem esse desenrolar dos fatos. O 11º R.I, de São João del Rei, lutou vários dias contra as tropas revolucionárias. Foi preciso a intervenção de D. Helvécio Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana, para que se assinasse a ata de rendição. (SILVA, 1972) Sobre esse episódio, quase todo o clero da cidade apoiou a revolução e facilitou seu êxito final frente ao 11º. Dom Helvécio, pessoalmente, se dirigiu ao foco resistente, atravessando a linha de fogo, para convencer a guarnição de que a única saída viável era a rendição total. A rendição deu-se no dia 15 de outubro (A NOITE (RJ), 17 de novembro de 1930).

Essa pequena vitória rendeu à revolução uma quantidade satisfatória de munição. Na cidade de Juiz de Fora (Benfica), a luta armada durou cerca de oito dias e terminou quando o general Azevedo Costa deu por finalizada a sua atuação em comandar o 10º Regimento. Fato marcante que ocorreu nessa localidade diz respeito ao avião revolucionário que lançou manifestos aos oficiais revolucionários, com os seguintes dizeres: “A reivindicação nacional está vencedora. Vós o vêdes em toda evidência. Estendamo-nos as mãos e nos colloquemos ao lado da Nação, e da grande maioria dos nossos camaradas” (CORREIO DA MANHÃ (RJ), 29 de outubro de 1930, p. 5). A notícia valoriza o “sacrifício” realizado pelos militares, e cita todos os que fizeram parte do cerco a Juiz de Fora, sendo Delso da Fonseca um desses personagens.

Em Três Corações, no ataque ao 4º Regimento, que era comandado pelo oficial Nílton Cavalcanti, um episódio trágico marcou essa epopeia. “Na luta, por um lamentável engano de sentinela, Djalma Dutra morreu vitimado por uma bala das suas próprias fileiras” (SILVA, 1972, p. 273). Delso da Fonseca cita que o oficial foi assassinado por um soldado da revolução. Sobre esse fato trágico, relata que:

Na rendição do 4º Regimento, de Três Corações, cuja ação foi coordenada pelo Tenente Heitor Pedroso, depois de já vitoriosos, tivemos a desgraça de perder, morto por um próprio soldado nosso, em desastrosa confusão, a figura inesquecível do sempre amado tenente Djalma Dutra, um dos heróis da Coluna Prestes. (FONSECA, 1979, p. 63)

O jornal “*O Imparcial (MA)*” ressaltou o episódio, ao noticiar que a morte do tenente Djalma Dutra foi consequência de um lamentável equívoco, já que o mesmo havia ordenado a seus homens, que se encontravam nas proximidades da cidade, a atingir qualquer ameaça que não se identificasse. “Na noite de 11 para 12, quando inspecionava os postos avançados da

sua tropa, uma das patrulhas, não o reconhecendo, sobre elle fez fogo, atingindo-o” (O IMPARCIAL (MA), 19 de novembro de 1930, p. 3).

O processo revolucionário em terras mineiras havia terminado e o resultado foi a contenção das guarnições e dos setores administrativos. O estado estava sob o comando de Olegário Maciel e o seu secretariado. De acordo com Hélio Silva (1972, p. 275), como saldo, “na terra mineira, uma nova geração política ia rechaçar, paulatina, mas implacavelmente, valores antigos para o esquecimento. A revolução “dá à luz” à Legião de outubro⁷.”

Sobre o fato de Minas Gerais resistir ao avanço da revolução, na opinião de Delso da Fonseca isso se deu porque havia um controle político apenas sobre as tropas do estado e não nas guarnições municipais. O governo procurou priorizar os objetivos de reforço nas guarnições com oficiais afeitos ao sistema vigente. Abastecidas pelo êxito, as forças revolucionárias se deslocaram até o Espírito Santo, onde ocuparam a capital Vitória. Um fato intrigante que salienta hipóteses sobre o período que Delso da Fonseca atuou nas lutas em Minas – que o mesmo afirma com convicção ter participado por muitos dias –, refere-se à publicação do jornal “*Diário da Manhã (RJ)*”, que noticia sua prisão no dia 9 de outubro, período que, de acordo com suas memórias, foram dias de luta em território mineiro:

RIO, 9 – (A.A) – Hontem chegaram a essa capital, presos, o tenente Delso Mendes Fonseca e o capitão Chevalier, detidos quando fugiam numa ambulância da casa de saúde Pedro Ernesto. Os dois officiaes estavam sendo chamados pelo Ministério da Guerra. (DIÁRIO DA MANHÃ (RJ), 10 de outubro de 1930, p. 6.)

Porém, outro jornal, em publicação do dia 14 de outubro de 1930, afirma serem desertores o primeiro-tenente Delso da Fonseca e outros, por não comparecerem ao Departamento de Guerra, que expediu um edital vigente a partir do dia 5 do corrente mês no Diário Oficial, atestando a ausência dos oficiais revolucionários (*CORREIO PAULISTANO (SP)*, 14 de outubro de 1930, p. 2).

Considerações finais

⁷ Organização política, também chamada Legião Revolucionária, articulada pelos “tenentes” participantes da Revolução de 1930 logo após a vitória do movimento. Sob a inspiração de Osvaldo Aranha, ministro da Justiça de Vargas, e a liderança de Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Nacionais, Miguel Costa, João Alberto Lins de Barros e Juarez Távora, todos ocupando cargos oficiais no Governo Provisório, visava a “dar conteúdo, organização e unidade aos princípios da Revolução de Outubro”. Tendo como centro de irradiação o Distrito Federal, possuiu núcleos em diferentes estados. (Fonte: CPDOC)

Como evento finalizador de um embate que moveu o Brasil, no dia 24 de outubro o presidente Washington Luís foi deposto do cargo e preso, ironicamente, no Forte de Copacabana, onde o tenentismo expôs um de seus mais célebres episódios. Posteriormente, em 3 de novembro assume o Brasil uma junta político-militar comandada por Getúlio Vargas, que se consagrou como chefe do Governo Provisório da República. Como saldo oriundo da revolução, os militares tenentistas criam o “Clube 3 de outubro”, institucionalizando suas ideias e propostas que outrora não possuíam base sólida para a concretização, através de um programa que mesclava nacionalismo e direitos às classes populares.

O tenentismo, durante sua trajetória, se destaca como um movimento em constante transformação, tanto no campo ideológico como no militar. Representado no país como um propulsor de mudanças, através da rebeldia militar, buscou sempre o fortalecimento de seus ideais inseridos em um contexto de diagnóstico da sociedade brasileira atrelado a uma formulação de um “projeto de nação”. “A sua doutrina só se definiu pouco a pouco, com o progresso crescente da revolução, através dos entrechoques das correntes partidárias” (ROSA, 1976, p. 103). Inerente às mudanças da sociedade, o processo de amadurecimento do tenentismo foi lento e inevitável. Delso da Fonseca, como outros oficiais, mas com peculiaridades singulares, contribuiu para o desenvolvimento do movimento e foi o fio condutor da construção da narrativa exposta no texto.

Referências

Bibliográficas

ARAGÃO, Isabel. **Da Caserna ao Cárcere: uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)**. 1ª Edição. Jundiá: Paco Editorial, 2012.

CAMARGO, Aspásia. Como a História Oral chegou ao Brasil: entrevista com Aspásia Camargo por Maria Celina d’Araújo. História Oral. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. São Paulo, n. 2, jun. 1999

CARONE, Edgard. **O tenentismo (acontecimentos – personagens- programas)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 13.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In. **Dados, Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, pp, 235-250.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. 14ª Edição. Artes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista**: A intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: Historiografia e História. 16º Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1989, 240 p.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano**: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª Edição. Campinas: Unicamp, 1996.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do Exército brasileiro, 1889-1937. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 706 pp.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História e Memória: o rádio por seus locutores. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 3, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

ROESLER, Rafael. A Missão Indígena e sua atuação na Escola Militar do Realengo 1919-1922. Florianópolis: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015.

ROSA, Virgínio Santa. **O sentido do Tenentismo**. 3 Edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVA, Hélio. **1930**: A revolução traída (O ciclo de Vargas, v. III). 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SODRÉ, Nelson W. **O tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Entrevista

FONSECA, Delso Mendes da. **Delso Mendes da Fonseca (depoimento, 1975-6)**. Rio, FGV / CPDOC-História Oral, 1979.

Jornais

A NOITE (RJ), 17 de novembro de 1930

A NOITE (RJ), 4 de outubro de 1930, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ (RJ), 29 de outubro de 1930, p. 5

CORREIO PAULISTANO (SP), 14 de outubro de 1930, p. 2

CORREIO PAULISTANO (SP), 14 de outubro de 1930, p. 2

DIÁRIO CARIOCA (RJ), Terça-feira, 3 de junho de 1930, anno III, nº 602, p. 2

DIÁRIO DA MANHÃ (RJ), 10 de outubro de 1930, p. 6.

DIÁRIO DA NOITE (RJ), 17 de maio de 1930, anno II, nº 189

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RJ), Domingo, 5 de outubro de 1930, p. 2

O IMPARCIAL (MA), 19 de novembro de 1930, p. 3

Recebido em 09 de setembro de 2020
Aprovado em 10 de dezembro de 2020